

Anderson Burke

Vitimologia

Manual da Vítima Penal

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

B959v Burke, Anderson.

Vitimologia / Anderson Burke – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

272 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2827-2.

1. Vítima. 2. Direito Penal. I. Burke, Anderson. II. Título.

CDD 341.53327

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
 Capítulo 1	
VÍTIMAS.....	23
1.1. Conceito etimológico, literal ou gramatical.....	23
1.2. Conceito jurídico	24
1.3. Conceito crítico-vitimológico	26
1.4. A vítima é parte no processo penal?	28
1.5. Pessoa jurídica pode ser considerada vítima de crime?.....	30
1.6. Familiares do ofendido são considerados vítimas?	37
1.7. O Estado é considerado vítima?	41
1.8. Vítimas não individualizáveis, coletivas ou virtuais	43
1.9. Críticas à vítima	46
 Capítulo 2	
HISTÓRICO PAPEL DA VÍTIMA PENAL NO SISTEMA CRIMINAL.....	53
2.1. Era do protagonismo	54
2.2. Confisco do conflito	58
2.3. Redescobrimto da vítima.....	61
 Capítulo 3	
VITIMOLOGIA	65
3.1. Vitimologia do ato.....	67
3.2. Vitimologia da ação.....	69

3.3. Vitimologia institucional	70
3.4. Ciência autônoma?	71
3.5. Conceito moderno de vitimologia	75

Capítulo 4

ESPÉCIES DE VITIMIZAÇÃO 77

4.1. Vitimização primária	77
4.2. Vitimização secundária (processual), sobrevitimização ou revitimização	79
4.3. Vitimização terciária	82
4.3.1. Vitimização terciária com substância primária ao agressor	83
4.3.2. Vitimização terciária propriamente dita ao ofendido	84
4.3.3. Vitimização terciária propriamente dita ao agressor	86
4.4. Vitimização inocente	87
4.5. Vitimização consciente	88
4.6. Vitimização inconsciente	89
4.7. Vitimização subconsciente	89

Capítulo 5

CIFRAS PENAIS..... 91

5.1. Cifras negras	92
5.2. Cifras cinzas	96
5.3. Cifras amarelas	97
5.4. Cifras brancas	98
5.5. Cifras verdes	98
5.6. Cifras rosas	98
5.7. Cifras arco-íris	99
5.8. Cifras douradas	100

Capítulo 6**DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA 107**

6.1. Marginalização da vítima e Estado Democrático de Direito.....	109
6.2. Reexame do modelo retributivo penal.....	114
6.3. Crise da pena privativa de liberdade	121
6.4. Fundamentabilidade da reparação civil do art. 5º, V, da CRFB.....	124
6.4.1. Críticas à reparação civil na instrução penal.....	128
6.5. Reparação civil como terceira via de sanção penal.....	130
6.6. Reparação civil como nova chance ao infrator.....	133
6.7. Acesso à justiça do art. 5º, XXXV, da CRFB	136
6.8. Fundo nacional de proteção às vítimas de crimes do art. 245 da CRFB	143

Capítulo 7**INSTRUMENTOS DE TUTELA PENAI, PROCESSUAIS E ASSISTENCIAIS DA VÍTIMA 151**

7.1. Notícia-crime	151
7.2. Representação penal.....	152
7.3. Medidas protetivas.....	152
7.3.1. Vítima mulher de violência doméstica	153
7.3.2. Vítima criança ou adolescente	154
7.3.3. Vítima idosa	155
7.3.4. Vítima dos demais crimes.....	155
7.4. Queixa-crime	156
7.4.1. Ação penal privada propriamente dita.....	156
7.4.2. Ação penal privada subsidiária da pública.....	157
7.5. A vítima na instrução criminal do rito ordinário	157
7.5.1. Formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.....	158
7.5.2. Oitiva do ofendido.....	158
7.5.2.1. No inquérito policial.....	158

7.5.2.2.	Em juízo	159
7.5.2.3.	Escuta especializada ou depoimento especial.....	159
7.5.3.	Decretação do segredo de justiça.....	163
7.5.4.	Comunicação dos atos processuais	163
7.5.5.	Espaço separado nas audiências	163
7.5.6.	Encaminhamento à assistência psicossocial, jurídica e de saúde	164
7.6.	Assistência à acusação	164
7.6.1.	Momento	165
7.6.2.	Legitimidade	165
7.6.3.	Interesse processual.....	166
7.6.4.	Instrumentos processuais	167
7.7.	Justiça restaurativa.....	168
7.7.1.	Princípios restaurativos	172
7.7.2.	Práticas restaurativas.....	175
7.7.3.	Momento de incidência	178
7.7.4.	Consequências jurídicas.....	179

Capítulo 8

MEIOS DE OBTENÇÃO DA REPARAÇÃO CIVIL

EM FAVOR DA VÍTIMA.....	181
8.1. Sistemas processuais de julgamento.....	181
8.1.1. Independência ou separatista.....	181
8.1.2. Adesão, confusão ou união.....	184
8.2. Audiência de autocomposição civil nos juizados especiais criminais.....	189
8.3. Medidas cautelares reais.....	191
8.3.1. Sequestro	191
8.3.2. Hipoteca legal.....	192
8.3.3. Arresto	192
8.4. Ação civil <i>ex delicto</i>	193
8.4.1. Efeito automático e genérico da sentença penal condenatória de reparação do dano.....	193
8.4.2. Efeitos civis da sentença absolutória.....	194

8.5. Indenização mínima na sentença penal condenatória	195
8.5.1. Crimes da legislação penal especial e extravagante	196
8.5.2. Crimes ambientais	197
8.6. Indenização mínima e a possibilidade de penhora do bem de família do responsável.....	197
8.7. Pena pecuniária	198

Capítulo 9

A INDENIZAÇÃO MÍNIMA DO ART. 387, IV, DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO

199

9.1. A ausência de um procedimento de quantificação no CPP	200
9.2. A reparação civil prevista no art. 387, IV, do CPP.....	205
9.2.1. Danos materiais	210
9.2.1.1. Dano emergente.....	211
9.2.1.2. Lucros cessantes	212
9.2.2. Dano moral	213
9.3. Legitimidade do Ministério Público na formulação do pedido de indenização mínima.....	217
9.3.1. Crimes com bem jurídico de interesse privado.....	218
9.3.2. Crimes com bem jurídico de interesse social e individual indisponível.....	220
9.3.3. Vítima pobre	221
9.3.4. Questão da hipossuficiência dos ofendidos.....	222
9.4. Necessidade de formulação do pedido para a fixação de indenização mínima	225
9.5. Por que a fixação de um valor mínimo e não integral?.....	234

Capítulo 10

PROCEDIMENTO PARA A FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO MÍNIMA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....

237

10.1. Levantamento da reparação civil no inquérito policial.....	240
10.2. Formulação do pedido.....	241

10.3. Resposta à acusação e ao requerimento de valor mínimo	245
10.4. Instrução processual para apuração do valor.....	245
10.4.1. Fixação dos pontos controvertidos, designação e realização de audiência de instrução e julgamento	245
10.4.2. Memoriais pela acusação e defesa.....	245
10.5. Sentença penal condenatória.....	247
10.6. Recorribilidade	249
10.7. Execução do valor mínimo.....	250
10.8. Liquidação do valor mínimo	251
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 253
REFERÊNCIAS	261